

NÁRIO

om.br

le fogo dos aliados

ilma Rousseff (PT) passará os partidos da por uma prova de fogo para saber quais são aliados de seu governo. Apesar de ter maioria al, demonstrada na aprovação na última sessão na meta fiscal, o cenário para a votação do derá não ser o mesmo.

eral Sérgio Vidigal (PDT) avalia que os votos em hoje são os dos parlamentares do próprio comissão especial) e do PCdoB, que terá um is um voto, também sinalizou estar contra o certo pelo presidente da Câmara, Eduardo (U).

ou uma incógnita. Os petistas sabem que o sco. Mas que poderá passar a limpo a consi- ta em torno do governo.

pleto

o presidencial e limite para apom- bargadores de garantir que o Tribunal Regio-), Sérgio Gama, mandato.) anos em julho assume o TRE-

De Biase em Vitória

O porta-voz da Rede no Estado, Gustavo de Biase, mudou de trabalho já de olho em turbinar sua candidatura a prefeito de Vitória.

Ele deixa cargo comissionado na Prefeitura da Serra para atuar como assessor parlamentar do deputado estadual Marcos Bruno, primeiro deputado a se filiar ao novo partido no Estado.

Deputados bem na tela

As TVs compradas pela Assembleia Legislativa já foram distribuídas aos gabinetes dos 30 deputados. Os aparelhos antigos foram trocados pelos de LED de 32 polegadas.

Ao todo, foram compradas 162 TVs deste modelo. Outras 14 de 22 polegadas também foram adquiridos pela administração da Casa. O custo da troca foi de R\$ 239 mil feito por meio de licitação por pregão eletrônico.

enganosa

Vila Velha Belarmino Nuno ou a propaganda instituída do município que mos- o felizes. "Não correspondo tem ninguém feliz da- ar trabalhando o dobro e io baixo salário!"

Plano de Cargos

a polêmica sobre a diferença existente na carga horária a Câmara de Linhares, o presidente da Casa, Miltoninho Co- sentar uma emenda ao projeto que cria o Plano de Car-

ção conta com 704 servidores, sendo que 378 trabalham 26, seis horas por dia.

Auxílio-moradia de juiz só será votado em 2016

Proposta que limita o pagamento do benefício de R\$ 4.377 mensais tramita em passos lentos na Assembleia Legislativa

Eduardo Alencar

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que pretende limitar o pagamento do auxílio-moradia a magistrados e membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas será votada apenas no ano que vem.

Segundo o presidente da Assembleia Legislativa, Theodorico Ferraço (DEM), a PEC está tramitando nas comissões sem pedido de urgência. O deputado afirmou que é melhor aguardar a virada do ano, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) pode ter uma definição do caso.

"A proposta que limita o auxílio-moradia não será apreciada este ano. É até uma sugestão que fique para o próximo ano, pois pode ser que o STF já tenha uma definição sobre o assunto, como deve ser", explicou Theodorico.

A PEC tem seu foco voltado ao Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público. De acordo com a proposta, serão vedados pagamentos em cinco casos específicos. Entre eles, quando houver residência oficial disponível ou quando o servidor tiver imóvel próprio a uma distância de 150 quilômetros do local de trabalho.

O deputado Enivaldo dos Anjos (PSD), autor da PEC, declarou em algumas oportunidades que a proposta vai ao encontro de uma demanda popular para que se limite os gastos com o benefício, que é de R\$ 4.377 mensais para cada magistrado.

Enivaldo justificou que nenhuma outra categoria tem direito a esse benefício.

Ainda segundo o deputado, além de limitar o número de magistrados que recebem o auxílio-moradia, a ideia é que o valor não utilizado seja devolvido aos cofres pú-



PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA: proposta precisa de 18 votos para aprovação

blicos.

Atualmente, 314 juízes e 26 desembargadores, apenas no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), têm direito ao benefício, mas não é possível saber quais deles o recebem ou mesmo quanto o auxílio custa à Corte.

O pagamento do auxílio-moradia, iniciado em outubro do ano passado, é baseado em liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux e se estende a toda magistratura.

A PEC, que divide opiniões dentro da Assembleia, precisa de ao menos 18 votos favoráveis para ser aprovada em plenário.

ENTENDA O CASO

Limites para benefício

> A PEC 10/2015 pretende limitar o número de magistrados e membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas que recebem auxílio-moradia de R\$ 4.377 mensais.

> O BENEFÍCIO será vedado quando houver residência oficial disponível, mesmo que o servidor não utilize.

> SERÁ vedado se o magistrado residir com uma pessoa que receba o benefício ou auxílio da mesma natureza.

> FICA VEDADO caso o magistrado tenha imóvel no município, na região metropolitana, ou a uma distância de até 150 km entre casa e trabalho.

Orçamento na pauta da Assembleia

O Orçamento de 2016 do Estado ainda não tem data certa para ser votado, mas pode entrar na pauta desta semana.

Segundo o presidente da Assembleia Legislativa, Theodorico Ferraço (DEM), a Comissão de Finanças da Casa deve realizar uma reunião hoje e pode enviar o Orçamento para a Mesa Diretora em

em votação. Mas, assim que for re- metido, quero marcar a sessão para que o Orçamento seja votado o mais rápido possível", explicou o presidente da Casa.

Os deputados estaduais tiveram até o último dia 16 para indicarem emendas parlamentares dentro do Orçamento do ano que vem. Cada um pode propor emendas em um

IVERSARIO do Trabalho no mpleta hoje 25 alada em Vitória

Vila Velha Ricardo Chiabai (PPS) que proíbe animais em locais públicos, como nas praias.

MISSÃO RECEBE TÉCNICOS Comissão de Representação do Rio Doce na Assembleia recebe na terça-feira o comandante e técnicos do navio da Marinha que coleta água e material para análise

da Comissão de u o Orçamento quinta-feira na